



DETERMINANTES DOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA

Evidência empírica das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa

por

Sandra Marina Sousa Lopes

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Controlo de Gestão

Orientada por:

Professor Doutor Júlio Manuel dos Santos Martins

2016

Nota Biográfica

Sandra Marina Sousa Lopes nasceu a 18 de Janeiro de 1985 em Pinheiro, Penafiel, Porto.

Concluiu o ensino secundário na Escola Secundária Oliveira Martins em 2003 e ingressou nesse mesmo ano no curso de Gestão da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, concluindo a Licenciatura em 2007.

Em Setembro de 2014, ingressou no Mestrado em Contabilidade de Controlo de Gestão da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Júlio Manuel dos Santos Martins, por toda a disponibilidade que demonstrou ao longo de todo o mestrado, pelos conselhos e sugestões, nomeadamente neste ultimo ano como orientador, e por me ter ajudado sempre a encontrar a direção a tomar ao longo da elaboração da presente dissertação.

Ao Alexandre Sousa por todo o apoio, formação e compreensão que demonstrou nestes últimos meses. À Dra. Ana Lúcia Guerra pelo apoio e encorajamento. Também ao António Costa, à Paula Regadas, à Marília Lopes e ao Artur Sousa pelo incentivo, apoio e motivação.

Aos meus irmãos André e Susana e aos meus Pais pela confiança, compreensão, paciência e pelo tempo de convívio que lhes retirei nos últimos meses.

Ao meu marido João, por me ter incentivado a começar, continuar e, acima de tudo, a terminar este Mestrado. Pela disponibilidade, motivação, confiança, ajuda, paciência, compreensão e por todo o apoio que me deu ao longo dos últimos dois anos.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar os determinantes dos honorários de auditoria das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa. Esta investigação procura identificar os fatores que mais influenciam os honorários de auditoria suportados pelas empresas em Portugal e em que medida os resultados são ou não consistentes com os resultados obtidos em estudos semelhantes a nível internacional.

Recorrendo ao modelo de regressão linear múltipla, chegamos à conclusão que os três principais determinantes dos honorários de auditoria em Portugal são a dimensão da empresa, a complexidade da empresa e o tipo de auditora (*Big 4* ou não).

O risco de auditoria, os gastos em consultoria externa e a percentagem de membros não executivos no Conselho de Administração demonstraram não ter influência significativa para os honorários de auditoria das empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa.

Palavras-chave: Honorários de Auditoria, Dimensão da Empresa, Dimensão da Auditora, Complexidade

Abstract

This study aims to identify the determinants of audit fees for Portuguese companies listed on Euronext Lisbon. This research seeks to identify the factors that most influence the audit fees paid by firms in Portugal and to what extent the results are consistent with the results obtained in similar studies internationally.

Using a multiple linear regression model based on prior audit fee research, the results indicated that the three main determinants of audit fees in Portugal are the size of the company, the complexity of the company and the audit office size (*Big 4* or not).

The audit risk, the spending on external consultants and the percentage of non-executive members of the Board of Directors do not seem to have explanatory power for the audit fees of Portuguese companies listed on Euronext Lisbon.

Keywords: Audit Fees, Company Size, Auditor Size, Complexity

Índice

Nota Biográfica	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
1. Introdução	1
2. Revisão Bibliográfica.....	3
2.1 A importância da auditoria financeira.....	3
2.2 Determinantes dos Honorários de Auditoria.....	6
3. Estudo Empírico	14
3.1 Hipóteses	14
3.2 Modelo.....	19
3.3 Variáveis.....	20
4. Amostra	25
4.1 Processo de Amostragem.....	25
4.2 Estatísticas Descritivas.....	26
5. Apresentação e Discussão dos Resultados Empíricos	30
5.1 Modelo de Regressão Linear Múltipla	30
5.2 Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla	33
5.3 Testes de Robustez	35
6. Conclusões, Limitações e Investigação Futura	37
6.1 Conclusão	37
6.2 Limitações	38
6.3 Investigação Futura	39
7. Bibliografia.....	40

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Operacionalização das variáveis.....	24
Tabela 2 - Estatísticas Descritivas das Variáveis Quantitativas.....	26
Tabela 3 - Estatísticas Descritivas das Variáveis Qualitativas.....	27
Tabela 4 - Matriz de Correlação de Pearson para o ano de 2013.....	28
Tabela 5 - Matriz de Correlação de Pearson para o ano de 2014.....	29
Tabela 6 - Resultados da Análise de Regressão.....	31
Tabela 7 - Estatísticas de Colinearidade.....	33
Tabela 8 - Relações Esperadas vs Relações Observadas entre as Variáveis.....	34
Tabela 9 - Resultados dos Testes de Robustez.....	36

Lista de Abreviaturas

CA – Conselho de Administração

CSC – Código das Sociedades Comerciais

FEP – Faculdade de Economia do Porto

ISA - *International Standard on Auditing*

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PwC – PricewaterhouseCoopers

R - Coeficiente de Correlação de Pearson

R^2 - Coeficiente de Determinação

RA – Risco de Auditoria

RC – Risco de Controlo ou Risco de Conformidade

RD – Risco de Detecção

RI – Risco Inerente

S.A. - Sociedades Anónimas

SPSS - Statistic Package for the Social Sciences

VIF - *Variance Inflation Factor* (Fator de Inflação da Variância)

1. Introdução

A presente investigação tem como objetivo identificar quais os principais fatores que influenciam os honorários de auditoria das empresas portuguesas.

Segundo o Código de Ética dos Revisores Oficiais de Contas, os honorários propostos pelas empresas prestadoras de serviços de auditoria devem ser adequados aos serviços que irão ser prestados tendo em atenção os critérios de razoabilidade previstos nos Estatutos da Ordem no seu artigo 60, nº 1:

“No exercício da revisão legal das contas de empresas ou de outras entidades, os honorários são fixados entre as partes, tendo em conta critérios de razoabilidade que atendam, em especial, à natureza, extensão, profundidade e tempo do trabalho necessário à execução de um serviço de acordo com as normas de auditoria em vigor.”

A natureza, extensão, profundidade e tempo de trabalho necessário à execução de um serviço de auditoria estarão relacionadas potencialmente com variáveis tais como dimensão da empresa a auditar, localização da empresa auditora e da empresa a auditar, tipo de atividade da empresa auditada, dimensão da empresa auditora, entre outras.

A escolha deste tema de investigação deve-se ao facto de, por um lado, não existirem estudos sobre esta temática para o contexto português e, por outro lado, em termos de Controlo de Gestão, o conhecimento destes fatores pode constituir uma ferramenta útil em termos de gestão estratégica de custos e tomada de decisão. Assim, esta dissertação pretende contribuir para literatura já existente com evidência empírica sobre este tema para o caso português. A investigação será elaborada através de pesquisa bibliográfica e documental e usando uma abordagem quantitativa e qualitativa, com recurso essencialmente à informação disponibilizada nos relatórios de gestão, relatórios de governo de sociedade e demonstrações financeiras das empresas que constituem a amostra que pretendemos analisar.

No que toca à estrutura desta dissertação, o presente trabalho apresenta, para além desta introdução onde se apresentam os objetivos da investigação, um segundo capítulo onde se enunciam as principais teorias que justificam a contratação de uma empresa de auditoria externa e onde se efetua uma revisão de estudos semelhantes do tema em estudo. Segue-se um terceiro capítulo onde se apresenta o estudo empírico levado a cabo nesta investigação. O quarto e quinto capítulos apresentam respetivamente a amostra selecionada para a investigação em curso e os principais resultados obtidos. Por último, são apresentadas as principais conclusões, limitações e perspetivas para trabalhos futuros.

2. Revisão Bibliográfica

Este capítulo procura evidenciar quais as razões que levam à contratação de uma empresa de auditoria externa e ainda quais os principais determinantes dos honorários de auditoria evidenciados na literatura internacional e que poderão ser potenciais determinantes dos honorários de auditoria suportados pelas empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa.

2.1 A importância da auditoria financeira

Existem várias razões/interesses que justificam o porquê de uma organização contratar uma empresa de auditoria externa e submeter as suas contas a Revisão/Certificação. Esta necessidade de contratar uma empresa de auditoria externa advém da procura por parte dos *stakeholders* dessa organização de duas questões fundamentais: confiança e transparência. Conforme enunciado por Jensen (2001) referindo-se à Teoria dos *Stakeholders*, os gestores de uma organização devem tomar decisões tendo em conta a maximização dos interesses de todos os *stakeholders* de uma empresa: sócios, clientes, colaboradores comunidade, entre outros. Esta mesma mensagem está também refletida no Artigo nº 64 do CSC que apela aos deveres fundamentais dos gerentes e administradores, realçando que estes devem observar deveres de cuidado e de lealdade, no interesse da sociedade, atendendo aos interesses de longo prazo dos sócios e ponderando os interesses dos outros *stakeholders*, tais como os seus trabalhadores, clientes e credores.

A questão coloca-se agora em perceber em que medida é que os gestores/administradores de uma organização irão basear a sua tomada de decisão: privilegiando os seus próprios interesses ou atuando no interesse dos seus *stakeholders*.

Encontramos na literatura duas teorias que defendem posições contraditórias: a **Teoria de Agência** e a **Stewardship Theory**. Segundo Tosi *et al* (2013) as duas teorias surgem como a melhor forma de assegurar que os gestores/administradores atuam no interesse da organização. A primeira perspetiva, a Teoria da Agência, afirma que na ausência de controlo, os gestores não vão agir no melhor interesse da organização e vão procurar

satisfazer os seus próprios interesses. Por outro lado, a outra perspetiva defende que os gestores irão agir no melhor interesse da empresa com poucos ou mesmo nenhuns controlos (Tosi *et al*, 2013).

Os defensores da ***Stewardship Theory*** acreditam que se os interesses do agente (gestor) e do principal (acionista) estiveram alinhados, não ocorrem problemas de agência e como tal não haverá necessidade do principal recorrer a mecanismos de controlo e monitorização (Davis *et al*, 1997b). A *Stewardship Theory* aplica-se às situações em que os gestores não são motivados por objetivos individuais, mas cujos objetivos pessoais estão alinhados com os objetivos dos seus acionistas (principal) (Davis *et al*, 1997a). Esta teoria tem as suas raízes na psicologia e na sociologia e defende que gestor (agente) percebe o *trade-off* entre as necessidades pessoais e objetivos organizacionais e acredita que, trabalhando em direção ao cumprimento dos objetivos organizacionais, as suas necessidades pessoais acabarão por ser atendidas. Assim, o agente é capaz de perceber que a utilidade obtida com o comportamento pró-organizacional é maior do que a utilidade que poderia adquirir através de um comportamento individualista (Davis *et al*, 1997a).

Por outro lado, a **Teoria de Agência** foca-se na relação entre o agente (gestor) e o principal (acionista). O gestor dispõe muitas vezes de informações privilegiadas que não são observáveis com facilidade pelo principal – assimetria de informação. Dada esta assimetria de informação e pelo facto de ambas as partes pretenderem maximizar a sua utilidade, existem boas razões para se acreditar que o agente não irá atuar no melhor interesse do principal (Jensen *et al*, 1976). Associando a Teoria de Agência à Teoria dos *Stakeholders*, podemos inferir que os gestores tenderão a perseguir os seus próprios interesses, usando os recursos das organizações para as quais trabalham, em detrimento dos interesses dos *stakeholders* da organização. Desta forma, a Teoria dos *Stakeholders* potencia o aumento dos custos de agência no sistema económico (Jensen, 2001). O objetivo da Teoria de Agência é então reduzir os Custos de Agência suportados pelo principal através da implementação de mecanismos de controlo e monitorização para assegurar que o gestor tome decisões em prol da organização e do principal (Jensen *et al*, 1976). Os autores dividem os custos de agência em três categorias:

- Custo de Controlo ou Monitorização – encargos assumidos pelo principal para se assegurar que o agente toma decisões no interesse do principal e restantes *stakeholders*;
- Custo de Justificação – encargos assumidos pelo agente para justificar as suas decisões e convencer o principal de que tomou a decisão certa no interesse dele;
- Custos Residuais – são os custos de oportunidade que advém dos dois tipos de custos mencionados previamente.

Os Honorários de Auditoria podem assim ser considerados Custos de Agência e enquadrados na categoria de Custos de Controlo ou Monitorização.

Watts *et al* (1983) afirmam que se uma auditoria for levada a cabo por uma entidade independente do gestor/administrador então os problemas de agência tenderão a ser minimizados. Adicionalmente uma auditoria externa acabará por ser bem-sucedida na redução de comportamentos desviantes (custos de agência) somente se essa auditoria revelar as potenciais falhas do agente (Watts *et al*, 1983).

Por sua vez, Chow (1982) concluiu que uma das principais razões para as empresas contratarem serviços de auditoria externa está relacionada com a intenção de ajudar a controlar o conflito de interesses entre os gestores das empresas e os acionistas e obrigacionistas.

No entanto, apesar de enquadráveis como Custos de Agência, estes podem ser vistos apenas como custos de regulação ou como custos afundados dado que o Código das Sociedades Comerciais (CSC) indica que a Certificação Legal das Contas é sempre obrigatória para as Sociedades Anónimas (S.A.) e para as sociedades por quotas de responsabilidade limitada (LDA) do tipo SGPS. Para as restantes empresas por quotas de responsabilidade limitada a obrigatoriedade só ocorre se duas das três condições definidas no nº 2 do Artigo 262 do CSC ocorrerem durante dois anos consecutivos:

- Volume de Vendas e Outros Proveitos superior a 3 000 000 euros;
- Total do Balanço acima de 1 500 000 euros;
- Número total de funcionários (em média durante o exercício) acima dos 50.

2.2 Determinantes dos Honorários de Auditoria

Apontado na literatura como o estudo seminal sobre os determinantes dos honorários de auditoria, Simunic (1980) analisou cerca de 400 empresas norte-americanas. O seu estudo tinha como objetivo identificar quais as variáveis que influenciavam de forma significativa os honorários de auditoria suportados por aquelas empresas. Foram vários os autores que replicaram este estudo nos anos que seguiram e as conclusões foram, na sua maioria, concordantes com os resultados apresentados por Simunic (1980).

Com base na revisão de literatura efetuada no decurso desta investigação, enunciaremos de seguida quais os principais determinantes dos honorários de auditoria comprovados empiricamente nos estudos publicados sobre este tema.

Uma das variáveis que mais vezes é referenciada na literatura como determinante dos honorários de auditoria é a **Dimensão da Empresa Auditada**. Empiricamente, verificou-se que a dimensão da empresa a auditar é estatisticamente relevante na determinação dos honorários de auditoria e existe uma relação positiva entre os honorários de auditoria e a dimensão da empresa a auditar (Simunic, 1980; Palmrose, 1986a; Chan *et al*, 1993; Simon *et al*, 2002; Schatt, 2007; Nuseibeh, 2008; Camargo *et al*, 2011).

Nos vários estudos realizados, foi utilizado maioritariamente como *proxy* para a dimensão o Total de Ativo da empresa auditada. Já Nuseibeh (2008) optou por medir a Dimensão através do número total de colaboradores da empresa a auditar. O autor chamou a atenção para o facto de empresas com ativos semelhantes puderem reportar valores diferentes devido a políticas contabilísticas, idade da empresa ou políticas de substituição de ativos. Ao utilizar o número total de colaboradores, o autor acreditava que seria uma medida mais objetiva da dimensão da empresa.

Um outro fator considerado determinante nos honorários de auditoria prende-se com a **Complexidade da Empresa a Auditar**. Essa complexidade foi medida através do nº de subsidiárias (Simunic, 1980; Chan *et al*, 1993; Simon *et al*, 2002; Camargo *et al*, 2011), e também pelos sectores de atuação e pelo rácio entre ativos detidos no estrangeiro sobre ativos totais (Simunic, 1980; Camargo *et al*, 2011). Os autores verificaram a existência de uma relação positiva entre a complexidade da empresa e os honorários de auditoria

que lhe eram cobrados, isto é, quanto mais subsidiárias uma empresa tiver, por exemplo, maiores serão os honorários de auditoria suportados.

Chan *et al* (1993) procuraram identificar se os Honorários de Auditoria teriam alguma relação com o **Risco de Auditoria (RA)** sendo que, com base na sua investigação, acreditavam que seria de esperar uma relação positiva entre os Honorários de Auditoria e o Risco de Auditoria de cada empresa. Houston *et al* (1999) concluíram que os auditores tendem a cobrar um prémio de risco que dependerá da natureza dos riscos presentes em cada empresa. As empresas de auditoria procuram sempre avaliar o Risco de Auditoria de cada empresa a auditar para definir que tipo procedimentos e em que quantidade/profundidade serão elaborados esses procedimentos de revisão e auditoria. Naturalmente, quanto maior for esse Risco de Auditoria, mais tempo será despendido na prestação dos serviços de revisão e auditoria e como tal, pelo que será expectável que esse aumento de tempo seja refletido nos Honorários de Auditoria a cobrar à empresa a auditar.

A *ISA 400 - Risk Assessment and Internal Control* - define Risco de Auditoria como o risco do auditor emitir uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras de uma empresa (por exemplo: risco do auditor emitir uma opinião correta sobre algo que está errado). O Risco de Auditoria possui três componentes:

- **Risco Inerente (RI):** risco das demonstrações financeiras possuírem erros, omissões ou distorções que resultam de fatores não controláveis pela empresa, como por exemplo a natureza do negócio da empresa (tradicional ou tecnológico), condições de mercado, períodos económicos de recessão, etc.
- **Risco de Controlo/Conformidade (RC):** risco das demonstrações financeiras possuírem erros, omissões ou distorções que resultem da ausência ou falha dos sistemas de controlo interno de cada empresa, isto é, erros, omissões ou distorções que não sejam detetados e corrigidos pelos sistemas de contabilidade e de controlo interno de cada empresa. Se uma empresa não possui um departamento de auditoria ou controlo interno, então o Risco de Controlo será elevado.

- **Risco de Detecção (RD):** risco dos procedimentos substantivos levados a cabo pelo auditor não detetarem erros, omissões ou distorções materialmente relevantes. O Risco de Detecção acaba por ser o risco residual e é definido após ter em consideração o Riscos Inerente e de Controlo relativos ao trabalho de auditoria a realizar e o Risco de Auditoria que o auditor está disposto a aceitar:

$$RA = RI + RC + RD \quad \longrightarrow \quad RD = \frac{RA}{RI + RC}$$

Uma medida utilizada na literatura para medir o Risco Inerente e o seu impacto sobre os Honorários de Auditoria é o **Beta**. Trata-se de uma medida de risco sistemático que traduz a sensibilidade de uma entidade face à evolução do mercado. Quanto mais sensível a empresa/setor for às condições de mercado maior será Beta dessa empresa/setor. O'sullivan (2000) recorreu ao Beta de cada empresa para como *proxy* do Risco de cada empresa auditada e concluiu que o Beta possui um impacto positivo sobre os Honorários de Auditoria sugerindo que os auditores cobram um prémio para as empresas com maior volatilidade do mercado o que poderá levar ao maior risco dessas empresas ficarem em dificuldades financeiras e, subsequentemente aumentando o risco da investigação do trabalho do auditor.

Outro fator apontado como determinante dos honorários de auditoria na literatura analisada é a **existência de um Departamento de Auditoria / Controlo Interno** nas empresas auditadas e que permite ao auditor avaliar o Risco de Controlo/Conformidade. Hogan *et al* (2008) constaram que empresas com deficiências nos seus sistemas de controlo interno tendem a suportar Honorários de Auditoria superiores devido ao maior Risco de Controlo/Conformidade.

No entanto, não é ainda clara a relação exercida sobre os Honorários de Auditoria. A existência de um comité de auditoria, as suas características e a existência de auditoria interna estavam associadas a honorários de auditoria mais elevados, sugerindo que empresas que têm uma maior preocupação com o controlo interno, possuem também maiores exigências ao nível da qualidade da auditoria externa que pretendem contratar (Palmrose, 1986a; Goodwin-Stewart *et al*, 2006). Por outro lado, Felix *et al* (2001) evidenciaram que quanto maior a contribuição do departamento de controlo interno na

elaboração da certificação externa, menores serão os valores cobrados pela empresa auditora. A investigação de Felix *et al* (2001) foi ao encontro do *trade-off* já evidenciado por Wallace (1984) quando demonstrou que os Auditores Internos podiam ajudar a reduzir os honorários com a contratação de auditores externos.

Conforme já mencionado anteriormente, o Risco de Detecção acaba por ser um risco residual mas está intimamente relacionado com o Risco de Controlo e com o Risco Inerente. O RD nunca poderá ser totalmente eliminado devido às limitações inerentes dos processos de auditoria como é o caso do uso da amostragem.

O Risco de Detecção está diretamente relacionado com a significância de duas rubricas de balanço que normalmente exigem dos auditores esforços e atenção redobrada: **Clientes (Dividas a Receber)** e **Inventários** (medidos pelos rácios Dividas a Receber sobre Ativos Totais e Inventários sobre Ativos Totais). Mais uma vez, os estudos realizados provaram a existência de uma relação positiva e significativa entre estas duas variáveis e os honorários de auditoria, isto é, quanto maior o seu peso no Total de Ativos de uma empresa, maiores os honorários de auditoria suportados por essa mesma empresa (Simunic, 1980; Behn, 1999; Simon *et al*, 2002; Carcello *et al*, 2002; Schatt, 2007; Nuseibeh, 2008; Camargo *et al*, 2011). No entanto, Chan *et al* (1993), não encontram particular relevância para as variáveis Dívidas a Receber / Ativos e Inventários / Ativos no estudo que levaram a cabo no reino Unido.

A **Dimensão da Empresa Auditora** é também um fator determinante para os honorários de auditoria suportados pelas empresas auditadas. Empiricamente constatou-se existir uma relação positiva e significativa do tamanho da empresa com os honorários de auditoria. (Simunic, 1980; Francis, 1984; Palmrose, 1986a; Chan *et al*, 1993; Simon *et al*, 2002; Schatt, 2007; Nuseibeh, 2008; Camargo *et al*, 2011). Nos vários estudos existentes na literatura, o *proxy* utilizado para medir a dimensão da empresa auditora passou por classificar as empresas auditoras entre *Big 4*¹ (antes *Big 8*² e depois *Big 6*) ou não *Big 4*.

1 Deloitte, PricewaterhouseCoopers, Ernst & Young e KPMG

2 Arthur Andersen; Arthur Young & Co.; Coopers & Lybrand; Ernst & Whinney; Deloitte, Haskins & Sells; KPMG; Touche Ross and Price Waterhouse

Um contributo interessante foi evidenciado por Schatt (2007): dado que a legislação francesa obriga a que as empresas cotadas sejam auditadas por duas empresas auditoras distintas, se a empresa auditada contratasse duas auditoras das *Big 4*, os seus honorários de auditoria seriam menores do que quando comparados com a contratação de pelo menos uma das *Big 4* ou nenhuma. Também Simon *et al* (2002) trouxeram um dado novo à literatura, que até aqui havido sido pouco explorado. A semelhança das conclusões retiradas por outros autores, constaram que os preços cobrados pelos serviços de auditoria das empresas pertencentes ao grupo das *Big 6* eram superiores quando comparados com outras empresas. No entanto, os autores constaram que, dentro das *Big 6*, apenas duas dessas empresas cobravam valores superiores pelos seus serviços: Price Waterhouse and Coopers and Lybrand. Curiosamente, como os autores evidenciam, estas duas empresas acabaram por se tornar na atual PwC.

Por outro lado, Choi *et al* (2010) concluíram que grandes empresas de auditoria possuem sinergias, devido ao maior número de pessoas e conhecimentos que lhes permitem ser mais eficientes na preparação e prestação dos serviços de auditoria e como tal, podem cobrar menos aos seus clientes, mesmo que esses clientes sejam de grande dimensão.

Francis (1984) procurou testar qual o efeito da dimensão da empresa auditora nos preços de auditoria para o mercado australiano. Suportado pelo estudo seminal de Simunic (1980) e assumindo que existia um mercado concorrencial para os serviços de auditoria, o autor identificou três cenários possíveis:

- Cenário 1: A não existência de diferença de preço entre as *Big 8* e restantes empresas de auditoria seria sinal da não existência de economias de escalas e diferenciação de produto;
- Cenário 2: A prática de preços mais elevados pelas *Big 8* sinalizaria a existência de diferenciação de produto por parte das *Big 8*;
- Cenário 3: Se as *Big 8* praticassem preços mais reduzidos, então poderíamos concluir pela existência de economias de escala para as grandes auditoras.

Francis (1984) acabou por confirmar o seu Cenário nº 2, evidenciando assim que para o mercado australiano, no período de análise, os preços praticados pelas *Big 8* eram superiores aos praticados pelas restantes empresas auditoras, sinalizando a existência de diferenciação de produto. No entanto, importa realçar que esta diferenciação não está tanto associada ao produto *per si*, mas sim às suas características (Simunic, 1980, pp 170).

As empresas que constituem as *Big 4* (antes *Big 8* e depois *Big 6*) estão associadas uma imagem de qualidade e independência na prestação dos seus serviços como ficou demonstrado por DeAngelo (1981), ou seja a qualidade da auditoria prestada não é independente da dimensão da empresa auditora.

Na nossa revisão de literatura encontramos ainda um outro fator que pode ser determinante na formulação dos honorários de auditoria: **Honorários com Consultoria Externa**. Simunic (1984) procurou identificar qual a relação entre os honorários de auditoria e os honorários com consultoria externa. O autor conclui que os honorários de auditoria eram superiores quando a empresa adquiria serviços de consultoria à mesma empresa que lhe fornecia os serviços de auditoria. Seria de esperar que houvessem sinergias para a empresa auditora pela promoção conjunta dos dois serviços e como tal isso se refletisse numa redução do preço da auditoria, no entanto, conforme sugere Simunic (1984) as empresas auditoras poderiam estar a apropriar-se dessas sinergias não as refletindo no preço dos serviços de auditoria. Chama-se a atenção que o estudo de Simunic (1984) assume que os serviços de consultoria são prestados pela mesma empresa que presta os serviços de auditoria. Palmrose (1986b) efetuou uma pesquisa semelhante à de Simunic (1984), tendo também concluído pela mesma relação positiva entre os honorários de auditoria e os honorários de consultoria. No entanto, numa pequena amostra a autora encontrou evidência de que se os serviços de consultoria fossem prestados por empresas diferentes das que prestavam os serviços de auditoria, então os honorários de auditoria eram superiores nesse caso. A explicação possível para esta relação apresentada pela autora prende-se com o facto de, se os serviços de consultoria estivessem associados a alterações nos sistemas de contabilidade ou controlo de gestão, então isso teria implicações no trabalho de auditoria a realizar, requerendo por parte dos auditores mais tempo e trabalho para validar essas alterações, independentemente da empresa auditora ser coincidente ou não com empresa prestadora dos serviços de consultoria (Palmrose, 1986b, pp 410). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Firth (2002) procurou verificar quais as razões que explicavam a relação positiva entre os honorários de auditoria e os honorários de consultoria. Colocou como hipótese de investigação o facto da relação positiva se dever a eventos específicos de uma organização que exigem que essa empresa recorra a serviços de consultoria e aumentam o esforço de auditoria necessário. O autor

constatou que sempre que ocorria um evento do tipo fusão ou aquisição, emissão de ações, novos sistemas de informação ou de contabilidade, entrada de novo CEO e reorganização / reestruturação da empresa, despoletava uma necessidade de recorrer a serviços de consultoria e, ao mesmo tempo, requeriam mais trabalho de auditoria. Já na ausência de um qualquer destes eventos, não existia uma relação significativa entre honorários de auditoria e honorários de consultoria.

Por último, mas não menos importante, na literatura analisada encontramos evidência de um outro fator que pode influenciar determinação dos Honorários de Auditoria: a **Composição do Conselho de Administração** de uma empresa. Uma maior (menor) proporção de Administradores Não Executivos dentro de um CA poderá garantir maior (menor) capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos administradores executivos e desta forma reduzir (aumentar) os Custos de Agência evidenciados por Jensen *et al* (1976). Fama *et al*, (1983) afirmam que os potenciais conflitos de agência entre principal e agente podem ser reduzido pela utilização de mecanismos de controlo interno tais como a monitorização por parte de administradores não executivos.

No relatório publicado em 1992 sobre Governo de Sociedade denominado “The financial aspects of corporate governance”, Cadbury (1992) recomendou que as empresas não devem ter o mesmo individuo como presidente da empresa e como administrador executivo. O relatório sugere que o número de administradores não executivos deve ser elevado pois estes são capazes de trazer maior independência e imparcialidade no processo de tomada de decisão. Cadbury (1992) recomenda mesmo um mínimo de três administradores não executivos e, além disso, dois dos três (ou seja, a maioria dos administradores não executivos) devem ser independentes, isto é, não ter qualquer relação com a empresa que possa prejudicar a independência da sua decisão.

O’sullivan (2000) verificou que a proporção de administradores não executivos tinha uma relação positiva e significativa com os Honorários de Auditoria. Os resultados sugeriram que os diretores não executivos incentivam o recurso a auditorias mais intensivas para complementar a sua própria monitorização sobre o comportamento da gestão (administradores executivos). Também Carcello *et al* (2002) encontraram uma relação

positiva e significativa entre os Honorários de Auditoria e a independência do CA, medida pela proporção de Administradores não executivos no total dos membros do CA.

No entanto, Cohen *et al* (2000) apresentaram um outro ponto de vista igualmente válido: a perspectiva do auditor. Assim, do ponto de vista do auditor, um CA mais independente e diligente poderá levar o auditor a reduzir a extensão dos procedimentos de auditoria e, consequentemente, os Honorários de Auditoria cobrados. Cohen *et al* (2000) fornecem evidências de que os auditores podem ter em consideração a independência do CA quando planeiam o volume e profundidade das atividades de auditoria a realizar. Sendo assim, poderíamos esperar uma relação negativa entre as características do CA de uma empresa e os Honorários de Auditoria suportados por essa mesma empresa.

Existem ainda outros fatores evidenciados na literatura como determinantes dos honorários de auditoria:

- Número de anos em que determinada empresa foi auditada pelo mesmo auditor (Simunic, 1980; Camargo *et al*, 2011);
- Localização da empresa auditada (Palmrose, 1986a);
- Tipo de indústria (Nuseibeh, 2008);
- Localização da empresa auditora (Chan *et al*, 1993).
- Alteração de Auditor nos últimos 3 anos (Behn, 1999);
- Tipo de Controlo – Empresas Privadas ou Estatais (Camargo *et al*, 2011)

3. Estudo Empírico

Tendo por base os fatores mais relevantes identificados durante a revisão bibliográfica como determinantes dos honorários de auditoria, a presente investigação pretende assim identificar e testar a evidência empírica desses fatores para o contexto nacional.

Seguindo a mesma metodologia aplicada por Francis (1984) e replicada por autores como Chan *et al* (1993), Behn *et al* (1999) e Carcello *et al* (2002) nas investigações que se seguiram sobre o tema em análise, a nossa investigação pretende aferir quais os fatores que mais influenciam a definição dos honorários de auditoria pagos pelas empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisbon.

Iniciaremos a nossa investigação com a formulação das hipóteses a testar, passando depois à definição do método de investigação que será utilizado e por ultimo faremos uma breve caracterização da amostra que será analisada.

3.1 Hipóteses

As hipóteses que selecionamos e que pretendemos testar na nossa investigação tiveram por base uma seleção das variáveis já testadas pelos vários autores referidos na revisão bibliográfica.

Para a nossa investigação, selecionamos algumas das variáveis mais relevantes que foram identificadas na literatura como tendo influência na determinação dos honorários de auditoria, nomeadamente a Dimensão da Empresa Auditada, a Complexidade, a Dimensão da Empresa Auditora, o Risco de Detecção, Risco Inerente, a Consultoria Externa, o Risco de Conformidade e a Composição do CA.

Apresentamos de seguida com mais detalhe as variáveis independentes selecionadas para o nosso estudo:

a) Dimensão da empresa auditada

A Dimensão da Empresa a Auditar, conforme ficou demonstrado na revisão de literatura, é comprovadamente um dos principais determinantes dos honorários de auditoria pelo que esta é primeira das variáveis independentes que pretendemos utilizar (Simunic, 1980; Palmrose, 1986a; Chan *et al*, 1993; Simon *et al*, 2002; Schatt, 2007; Nuseibeh, 2008; Camargo *et al*, 2011). Justifica-se a utilização desta variável na nossa investigação dado que se espera que quanto maior seja a empresa a auditar maior seja o esforço e dispêndio da empresa auditora para prestar o seu serviço pelo que, em consequência, maiores serão os custos cobrados pela auditora.

Nos vários estudos realizados, foi utilizado maioritariamente como *proxy* para a dimensão o Total de Ativo da empresa auditada. Já Nuseibeh (2008) optou por medir a dimensão das empresas pelo nº total de colaboradores.

Hipótese 1₀: *Não existe qualquer relação entre a Dimensão da Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

Hipótese 1₁: *Existe uma relação significativa entre a Dimensão da Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

b) Complexidade da empresa a auditar

A complexidade da empresa a auditar parece ser um fator com bastante impacto nos honorários de auditoria. Esta variável pretende medir qual o impacto nos honorários de auditoria que uma empresa com maior ou menor números de subsidiárias pode ter. À partida, uma empresa com mais subsidiárias vai exigir do auditor mais tempo na análise e por outro lado maior rigor nos seus testes para controlar todas as possíveis transações entre subsidiárias e atestar sobre a veracidade ou validade das mesmas. Assim, conforme constatou Simunic (1980) espera-se que quanto mais subsidiárias tiver uma empresa, mais complexo seja o trabalho de auditoria a realizar e como tal, espera-se que mais caro seja o honorário suportado pela prestação do serviço de auditoria.

Hipótese 2₀: *Não existe qualquer relação significativa entre a Complexidade da Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

Hipótese 2₁: *Existe uma relação significativa entre a Complexidade da Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

c) Dimensão da empresa auditora

Esta é uma das variáveis mais frequentes na literatura analisada e dado que as quatro empresas pertencentes às chamadas *Big 4* também operam em Portugal, não podíamos deixar de verificar a sua relação com os honorários de auditoria suportados pelas empresas nacionais. Conforme já referido anteriormente, podemos esperar uma relação positiva entre as duas variáveis, associando maiores honorários de auditoria a uma maior qualidade na certificação emitida (DeAngelo, 1981) mas também é possível que exista uma relação negativa entre estas variáveis se as *Big 4* refletirem nos preços que praticam as economias de escala que naturalmente possuem devido à sua dimensão (Simunic, 1980; Choi *et al*, 2010).

Hipótese 3₀: *Não existe uma relação significativa entre a Dimensão da Empresa Auditora e os Honorários de Auditoria.*

Hipótese 3₁: *Existe uma relação significativa entre a Dimensão da Empresa Auditora e os Honorários de Auditoria.*

d) Risco de Detecção

A semelhança da maioria dos autores mencionados na revisão de bibliografia, na nossa investigação pretendemos introduzir uma variável que traduza o risco de deteção assumido pelas empresas auditoras na elaboração da certificação legal de contas. Prevê-se que quanto maior o risco de deteção assumido pelas auditoras, mais farão repercutir esse risco no preço dos seus serviços, conforme concluiu Simunic (1980) e vários autores que se seguiram. Uma forma de traduzir esse risco passa por identificar qual o peso de duas rubricas de balanço que, tradicionalmente, podem colocar mais desafios ao auditor na sua validação: Clientes (Dívidas a Receber) e Inventários.

Hipótese 4₀: *Não existe uma relação significativa entre o Risco de uma Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

Hipótese 4₁: *Existe uma relação significativa entre o Risco de uma Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

e) Risco Inerente

Uma das formas abordadas na literatura para avaliar o Risco Inerente passa por verificar a relação entre o Beta da empresa/sector e os Honorários de Auditoria suportados por essa empresa. Conforme já mencionado, o Beta de uma empresa permite verificar a sensibilidade desta às condições/alterações de mercado pelo que se espera que possa também ter uma relação com os Honorários de Auditoria cobrados pelas empresas que prestam o serviço de auditoria/revisão legal de contas. À semelhança dos resultados obtidos por O'sullivan (2000), será de esperar uma relação positiva entre o Beta de uma empresa e os Honorários de Auditoria suportados por essa empresa.

Hipótese 5₀: *Não existe uma relação significativa entre o Risco Sistemático de uma Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

Hipótese 5₁: *Existe uma relação significativa entre o Risco Sistemático de uma Empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

f) Consultoria Externa

A variável Consultoria Externa pretende verificar que tipo de relação existirá entre os honorários de consultoria suportados pelas empresas e os honorários de auditoria. Se positiva, poderemos validar a hipótese de Firth (2002) e verificar se, na nossa amostra, ocorreram eventos que despoletaram a procura por serviços de consultoria e como tal, o esforço dos auditores também aumentou. Por outro lado, se a relação for negativa, podemos concluir que as empresas auditoras refletem nos honorários de auditoria as sinergias e conhecimentos adquiridos enquanto prestadoras de serviços de consultoria, isto é, haverá complementaridade entre os dois serviços.

Hipótese 6₀: *Não existe uma relação significativa entre o custo suportado com Consultoria Externa por uma empresa e os Honorários de Auditoria.*

Hipótese 6₁: *Existe uma relação significativa entre o custo suportado com Consultoria Externa por uma empresa e os Honorários de Auditoria.*

g) Risco de Conformidade

No que respeita à relação entre os honorários de auditoria e a existência ou não departamentos de controlo interno ou auditoria interna, existem também evidências na literatura de duas possíveis relações. Por um lado, poderemos esperar uma relação positiva, sinalizando a exigência das empresas no que respeita às questões de controlo e auditoria, conforme sugerido por Goodwin-Stewart *et al* (2006). Por outro lado, um sinal negativo poderá indiciar a partilha e colaboração destes departamentos com o auditor externo, reduzindo assim o esforço de auditoria deste último e como tal, refletindo essa redução do esforço num honorário inferior pelos serviços de auditoria. (Wallace, 1984; Felix *et al*, 2001).

Hipótese 7₀: *Não existe uma relação significativa entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna / Controlo Interno numa empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

Hipótese 7₁: *Existe uma relação significativa entre a existência de um Departamento de Auditoria Interna / Controlo Interno numa empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

h) Composição do Conselho de Administração

A literatura analisada evidenciou a importância de um CA composto por membros executivos e não executivos e a influência que a sua composição poderá ter nos Honorários de Auditoria. Uma maior proporção de Administradores Não Executivos dentro de um CA poderá garantir maior capacidade de supervisão, avaliação e fiscalização da atividade dos administradores executivos e desta forma reduzir os Custos de Agência evidenciados por Jensen *et al* (1976) mas, este tenderão a exigir mais das auditorias

externas para salvaguardar o seu próprio trabalho de monitorização. Pelo lado das auditoras, estas poderão cobrar menos pela prestação dos seus serviços se os CA cumprirem as recomendações do relatório de Cadbury (1992).

Hipótese 8₀: *Não existe uma relação significativa entre a Composição do Conselho de Administração de uma empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

Hipótese 8₁: *Existe uma relação significativa entre a Composição do Conselho de Administração de uma empresa e os Honorários de Auditoria pagos por essa empresa.*

3.2 Modelo

A investigação empírica incidirá sobre os potenciais fatores que influenciam a determinação dos honorários de auditoria suportados pelas empresas portuguesas que integram a bolsa de valores de Lisboa. Pretende-se determinar qual o impacto das variáveis identificadas no ponto 3.1 no valor dos honorários de auditoria suportados pelas empresas.

Para analisar a relação entre uma variável dependente e várias variáveis independentes utilizaremos o modelo de regressão linear múltipla e iremos recorrer ao Método dos Mínimos Quadrados para estimar os coeficientes do modelo de regressão que pretendemos apresentar. O recurso à análise de regressão vai assim permitir identificar com precisão qual o relacionamento entre uma variável dependente e as variáveis independentes (Marôco, 2014). Em termos analíticos, poderemos escrever o modelo da seguinte forma:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1,i} + \beta_2 X_{2,i} + \beta_3 X_{3,i} + \dots + \beta_k X_{k,i} + u_i$$

Em que:

Y_i – Variável Dependente

$X_{1,i}, X_{2,i}, \dots, X_{k,i}$ – Variáveis Independentes

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k$ – Coeficientes de Regressão

u_i – Perturbação aleatória

Aplicando o modelo acima à investigação em curso, poderemos enunciar o modelo da seguinte forma:

$$\ln \text{CAUD} = \beta_0 + \beta_1 \ln \text{DIM} + \beta_2 \text{SUBS} + \beta_3 \text{B4} + \beta_4 \text{RD} + \beta_5 \text{RI} + \beta_6 \text{CONS} + \beta_7 \text{RC} + \beta_8 \text{NE} + \varepsilon$$

Onde:

CAUD – Honorários Auditoria

DIM - Dimensão da Auditada

SUBS – Complexidade

B4 - Dimensão da Auditora

RD - Risco de Detecção

RI – Risco Inerente

CONS - Consultoria Externa

RC – Risco de Conformidade

NE – Composição do Conselho de Administração

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_9$ – Coeficientes de Regressão

ε - Erro

3.3 Variáveis

A escolha das variáveis de estudo da investigação a que nos propomos elaborar teve por base os vários fatores que foram sendo enunciados durante a revisão bibliográfica e que mostraram ser os mais determinantes no comportamento dos honorários de auditoria.

Apresentamos de seguida com mais detalhe as variáveis (dependente e independentes) selecionadas para o nosso estudo assim como a forma de cálculo que selecionamos para cada uma delas.

No modelo que nos propomos testar, teremos tanto variáveis de escala quantitativa como também variáveis de escala nominal. Segundo Gujarati (2006) as variáveis de escala nominal indicam, em geral, a presença ou ausência de um atributo ou “qualidade” que pode influenciar a variável dependente e podem ser quantificadas através de variáveis binárias (*dummy*) em que **1** indica a presença do atributo e **0** indica a sua ausência.

A variável dependente, isto é, a variável que pretendemos explicar, é o valor dos Gastos de Auditoria suportados por cada empresa auditada. Recorremos ao Logaritmo Natural (ln) para um melhor ajuste ao modelo de regressão linear múltipla e ao cumprimento dos pressupostos de normalidade, homoscedasticidade e linearidade.

$$\text{Honorários Auditoria} = \text{CAUD} = \ln \text{Gastos Auditoria}$$

No que toca aos potenciais determinantes dos honorários de auditoria (as variáveis independentes), selecionamos algumas das variáveis referenciadas na revisão bibliográfica e para as quais iremos verificar a sua relevância ou não como determinante dos honorários de auditoria pagos pelas empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa:

a) Dimensão da empresa auditada (DIM)

No nosso estudo pretendemos introduzir uma medida para a dimensão da empresa que traduza de forma mais realista essa mesma dimensão: o *Enterprise Value*. Teoricamente, os valores de mercado serão mais corretos dado que estão “isentos” de quaisquer opções ou políticas contabilísticas. Por outro lado, existem empresas muito grandes, cotadas ou não, mas que devido ao tipo de atividade que possuem, não detêm grandes Ativos. Um exemplo disso mesmo são empresas como a Microsoft ou a Google.

O *Enterprise Value* será o nosso *proxy* para medir o valor de mercado da empresa e é composto pela soma da Capitalização Bolsista (valor de mercado do capital) com a Dívida

Financeira. À semelhança do que fizemos para a variável dependente CAUD, também aqui iremos recorrer ao Logaritmo Natural do *Enterprise Value*.

b) Complexidade (SUBS)

Com esta variável pretendemos traduzir a maior ou menor dificuldade que a empresa auditora terá na prestação do serviço de auditoria. Uma empresa com mais subsidiárias trará certamente maior complexidade ao trabalho do auditor, nomeadamente no respeito a análise das relações entre a represa mãe e as empresas subsidiárias. Será por isso de esperar que quanto mais subsidiárias tenha uma empresa, mais complexo seja o trabalho de auditoria e como tal, seja refletida essa complexidade no preço que a auditora cobrará pela prestação dos seus serviços. O número de subsidiárias (SUBS) será então o nosso *proxy* para a complexidade da empresa a auditar.

c) Dimensão da empresa auditora (B4)

Conforme já mencionado na revisão bibliográfica, constatou-se que existem relações contraditórias entre a dimensão da empresa auditora e os honorários de auditoria suportados pelas empresas auditadas. Para aferir a relação e significância dessa relação, iremos utilizar como *proxy* para a dimensão da empresa auditora mais uma variável *dummy* B4 em que 1 indica que a empresa auditora é uma das *Big 4* e 0, caso contrário.

d) Risco de Detecção (RD)

Uma forma de traduzir o Risco de Detecção passa por identificar qual o peso das duas rubricas de balanço que, tradicionalmente, podem colocar mais desafios ao auditor na sua validação: Clientes (Dívidas a Receber) e Inventários.

À semelhança do que foi feito por Simunic (1980), o *proxy* que utilizaremos para medir o peso de cada uma destas rubricas será o rácio entre Clientes + Inventários/Ativo Total.

e) Risco Inerente (RI)

Como *proxy* do Risco Inerente, iremos recorrer à medida de risco sistemático *Beta Unlevered*, isto é, o Beta não alavancado. Trata-se do Beta que é determinado pelo setor no qual a entidade opera e pela sua alavancagem operacional, sem considerar a existência de dívida de cada uma das empresas.

f) Consultoria Externa (CONS)

Esta variável é também de ordem nominal e para a qual a literatura apresenta relações contraditórias para a relação entre esta variável e a variável dependente em análise.

Para incorporar na nossa análise os Honorários de Consultoria, utilizaremos como *proxy* o rácio entre Honorários Consultoria e Total do Ativo.

g) Risco de Conformidade (RC)

Para avaliar a influência do Risco de Controlo/Conformidade nos Honorários de Auditoria iremos verificar se a existência de um departamento de auditoria/controlo interno influencia (e de que forma) o comportamento dos honorários auditoria. Para isso incluímos a variável *dummy* RC, em que 1 indica se existe Departamento Controlo/Auditoria Interna, e 0, se não existir.

h) Composição do Conselho de Administração (NE)

Para averiguar se existe uma relação entre os Honorários de Auditoria e a composição do CA de cada empresa, iremos utilizar como *proxy* o rácio entre Membros Não Executivos CA e Total Membros do CA.

O Tabela 1 apresenta um resumo das variáveis (dependente e independentes) a utilizar neste estudo, a sua fórmula de cálculo e bem como o respetivos símbolos.

Tabela 1 - Operacionalização das variáveis

Variável Dependente	Proxy	Símbolo
Honorários Auditoria	<i>ln Gastos Auditoria</i>	CAUD
Variáveis Independentes	Proxy	Símbolo
Dimensão da empresa auditada	<i>ln Enterprise Value</i>	DIM
Complexidade	Nº de Subsidiárias	SUBS
Dimensão da empresa auditora	0: Outras Auditoras; 1: Big 4	B4
Risco de Detecção	$\frac{\text{Clientes} + \text{Inventários}}{\text{Total do Ativo}}$	RD
Risco Inerente	<i>Beta Unlevered</i>	RI
Consultoria Externa	$\frac{\text{Honorários Consultoria}}{\text{Total do Ativo}}$	CONS
Risco de Conformidade	0: Não têm Controlo e/ou Auditoria Interna; 1: Têm Controlo e/ou Auditoria Interna	RC
Composição do Conselho de Administração	$\frac{\text{Nº Membros Não Executivos}}{\text{Total Membros do CA}}$	NE

4. Amostra

A nossa base de investigação para identificar quais os determinantes dos honorários de auditoria incidirá sobre as empresas que constituem o índice PSI Geral, ou seja, as empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa.

4.1 Processo de Amostragem

A amostra foi selecionada a partir da base de dados SABI e incidiu sobre 42 empresas. O período em análise serão os anos de 2013 e de 2014, sendo que o 2014 servirá para testar a robustez dos resultados empíricos de 2013.

A escolha desta amostra recaiu sobre estas empresas porque pretendíamos garantir a disponibilidade de dados para podermos prosseguir com a investigação. A garantia dessa disponibilidade é assegurada pelo Código das Sociedades Comerciais dado que a alínea b) do n° 1 do artigo n° 66-A dispõe que as sociedades devem prestar informação detalhada acerca dos honorários suportados com auditoria e revisão legal de contas, separando os respetivos honorários por honorários de auditoria, assessoria/consultoria fiscal e outros serviços de garantia de fiabilidade. Desta forma, poderemos testar com base em informação fidedigna e disponível, se as variáveis que selecionamos influenciam os honorários de auditoria suportados pelas empresas do PSI GERAL e que tipo de relação/influência possuem sobre esses honorários.

A recolha dos dados foi efetuada analisando os Relatórios e Contas e os Relatórios sobre o Governo das Sociedades publicados por cada uma das empresas constituintes do PSI Geral assim como por consulta a outras fontes de informação sempre que necessário, nomeadamente o *site* de cada uma das empresas e o *site* da Euronext Lisboa.

Foram excluídas da amostra as três sociedades desportivas, a saber: Futebol Clube do Porto – Futebol, Sad; Sport Lisboa e Benfica - Futebol, Sad e Sporting Clube de Portugal - Futebol, Sad. Estas empresas, para além das especificidades associadas à sua atividade, adotam um período anual de relato financeiro não coincidente com o ano civil (Lei n°

107/97 de 16 de Setembro) pelo que não teríamos informações comparáveis com as restantes sociedades em estudo.

O tratamento de dados foi elaborado com o *software* estatístico Statistic Package for the Social Sciences (SPSS), versão 22.

4.2 Estatísticas Descritivas

Conforme já mencionado anteriormente, da amostra selecionada de 42 empresas, retiramos a 3 sociedades desportivas. O passo seguinte passou por analisar se entre os dados recolhidos poderiam existir *Outliers*³ que pudessem distorcer o modelo que pretendemos testar pelo que a nossa investigação irá incidir apenas sobre 33 empresas das 42 inicialmente selecionadas.

Na Tabela 2 e na Tabela 3 apresentamos a estatísticas descritivas referentes aos dois anos em análise para a variável dependente e para as variáveis independentes que enunciamos no capítulo anterior e que nos propomos testar no modelo de regressão proposto.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas das Variáveis Quantitativas

	2013			2014		
	Média	Desvio Padrão	N	Média	Desvio Padrão	N
CAUD	12,21923	1,12302	33	12,18541	1,00704	33
DIM	19,73489	1,96629	33	19,69551	1,91075	33
SUBS	31,06061	30,94445	33	31,30303	31,53518	33
RD	0,18661	0,11517	33	0,20802	0,15418	33
RI	3,06907	0,36703	33	3,68115	0,88912	33
CONS	0,00009	0,00016	33	0,00007	0,00011	33
NE	0,51982	0,20467	33	0,52157	0,18146	33

A Tabela 2 refere-se às estatísticas descritivas das variáveis quantitativas para os anos de 2013 e de 2014. No que respeita à variável independente Consultoria Externa, medida

³ Segundo Marôco (2014) os *Outliers* consistem em observações não características, isto é, observações extremas.

pelo rácio entre Honorários Consultoria e Ativo Total, verifica-se uma volatilidade muito elevada dado que o desvio padrão é superior à sua média. No entanto, e dado que o valor médio é extremamente reduzido, podemos desde já concluir que esta variável terá um peso pouco significativo na determinação dos Honorários de Auditoria capitais das empresas em análise.

A variável independente Risco Detecção, que traduz o peso das rubricas de Clientes e Existências no Ativo Total das empresas, apresenta um valor médio em 2013 de 19% e em 2014 de 21%. Já no que respeita ao Risco Inerente, podemos constar que em 2013 a sensibilidade média das empresas cotadas às alterações de mercado é de 3,06, isto é, se o índice de mercado valorizar (desvalorizar) em 1%, a empresa tenderá a valorizar (desvalorizar) em média 3,06%. Em 2014, o valor médio é de 3,68.

No que respeita à Composição do Conselho de Administração, medido pela proporção de Membros Não Executivos no total de membros de cada CA, podemos concluir que em média, 52% do CA é constituído por membros não executivos no ano.

Por último poderá concluir-se que as amostras apresentam resultados muito semelhantes para ambos os anos em análise.

Tabela 3: Estatísticas Descritivas das Variáveis Qualitativas

	2013		2014	
	Frequência	Dummy=1	Frequência	Dummy=1
B4	27	82%	27	82%
RC	23	70%	23	70%

Já a Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis qualitativas (variáveis *dummy*). Analisando os dados da Tabela 2 podemos concluir pela homogeneidade dos dados para os dois anos em análise. Verificamos que tanto em 2013 como em 2014, mais de 82% das empresas são auditadas por empresas *Big 4* e em mais de 69% dessas empresas podemos encontrar um Departamento de Auditoria e/ou Controlo Interno.

A análise da correlação procura quantificar a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis (Marôco, 2014). Pretendemos assim determinar as relações entre as variáveis escolhidas para a nossa investigação, isto é, pretendemos determinar quais os coeficientes de correlação que nos permitirão estimar a regressão proposta. Na nossa investigação teremos correlações multivariadas dado que temos mais de duas variáveis em estudo. O sinal do coeficiente de correlação é o indicador da direção da associação entre as variáveis: se positivo indica significa que as variáveis possuem uma relação positiva, isto é, variam no mesmo sentido. Já se o sinal coeficiente for negativo, então significa que as variáveis variam em sentidos inversos: se uma aumenta, a outra diminui e vice-versa.

Para analisar as correlações entre as variáveis em estudo iremos recorrer ao **Coefficiente de Correlação de Pearson (R)**. Segundo Marôco (2014) este coeficiente varia entre -1 e 1 e o seu valor absoluto indica a intensidade da associação entre as variáveis. O autor indica também que, de uma forma geral, considera-se que a correlação é: (i) muito forte se o valor absoluto de R ($|R|$) for superior a 0.75; (ii) forte $0.5 \leq |R| \leq 0.75$; (iii) moderada para $0.25 \leq |R| \leq 0.5$ e (iv) fraca quando $|R| \leq 0.25$.

Tabela 4: Matriz de Correlação de Pearson para o ano de 2013

Variáveis	2013								
	CAUD	DIM	SUBS	B4	RD	RI	CONS	RC	NE
CAUD	1								
DIM	,684**	1							
SUBS	,520**	,427*	1						
B4	,543**	0,135	0,014	1					
RD	-0,244	-0,148	-0,010	-0,201	1				
RI	-0,106	-,401*	-0,118	-0,084	0,180	1			
CONS	-0,016	-0,142	-0,188	0,143	0,057	0,180	1		
RC	,361*	,426*	,421*	0,031	0,002	-,404*	-0,160	1	
NE	0,136	0,156	-0,145	0,051	-0,198	0,052	-0,264	0,323	1

* Correlação significativa para um nível de 5%.

** Correlação significativa para um nível de 1%.

Tabela 5: Matriz de Correlação de *Pearson* para o ano de 2014

2014									
Variáveis	CAUD	DIM	SUBS	B4	RD	RI	CONS	RC	NE
CAUD	1								
DIM	,632**	1							
SUBS	,472**	,417*	1						
B4	,470**	0,146	0,017	1					
RD	-0,241	-0,132	0,085	-0,200	1				
RI	-0,334	-0,313	-0,332	-0,339	0,136	1			
CONS	-0,074	-0,265	-0,230	0,030	-0,175	0,342	1		
RC	,374*	,398*	,425*	0,031	0,043	-0,037	-0,264	1	
NE	0,342	0,290	-0,150	0,200	-0,340	0,148	0,000	,402*	1

* Correlação significativa para um nível de 5%.

** Correlação significativa para um nível de 1%.

Para os anos de 2013 e de 2014, as variáveis independentes DIM, SUBS e B4 apresentam uma correlação positiva e estatisticamente significativa para um nível de 1% com a variável dependente Honorários de Auditoria (CAUD).

A variável independente RC apresenta em 2013 e em 2014 uma correlação positiva e estatisticamente significativa para um nível de 5% com a variável CAUD.

Os coeficientes de correlação entre os Honorários de Auditoria (CAUD) e as restantes variáveis independentes não são estatisticamente significativos para as amostras em análise.

Quanto à intensidade da correlação entre as variáveis em análise podemos concluir que em 2013, as variáveis DIM e SUBS e B4 apresentam uma correlação forte $0.5 \leq |R| \leq 0.75$) com a variável dependente CAUD enquanto as restantes variáveis independentes possuem uma correlação moderada (RC) ou fraca (RD, RI, CONS e NE) com a variável dependente em análise. As conclusões são semelhantes para o ano de 2014.

Em resultado, não se espera a existência de problemas de multicolinearidade entre as variáveis explicativas.

5. Apresentação e Discussão dos Resultados Empíricos

No presente capítulo iremos verificar se as variáveis independentes selecionadas no capítulo anterior serão ou não determinantes na formulação dos honorários de auditoria.

5.1 Modelo de Regressão Linear Múltipla

Para identificar quais os determinantes dos Honorários de Auditoria das empresas que constituem o índice PSI Geral, ou seja, as empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa, procedemos à estimação do modelo apresentado no ponto 3.2 pelo método dos mínimos quadrados.

A partir da amostra que selecionamos para o modelo que nos propomos apresentar, pretendemos agora estimar os coeficientes do modelo de regressão proposto através do método dos mínimos quadrados. Este método permite-nos estimar os coeficientes de regressão de modo a que os resíduos do modelo sejam mínimos (Marôco, 2014).

Mas incluir no modelo todas as variáveis independentes selecionadas não significa que teríamos o “melhor modelo”. Segundo Marôco (2014) a análise do Coeficiente de Determinação (R^2) poderia ser um bom indicador do modelo mas por outro lado a incorporação de mais uma variável independente tenderá a aumentar o R^2 mesmo que essa variável possua pouca (ou nenhuma) influência sobre a variável independente em estudo. Os modelos com mais variáveis do que as realmente necessárias apresentam capacidades de estimação muito diminutas quando aplicados a amostras diferentes das que foram usadas para estimar o modelo (Marôco, 2014).

Sendo assim, apresentaremos de seguida, para cada um dos anos em análise, o Modelo de Regressão Linear Múltipla com as variáveis independentes que selecionamos e que serão as candidatas ao Modelo definitivo a propor.

A Tabela 6 apresenta os resultados da estimação do Modelos para os anos de 2013 e de 2014.

Tabela 6: Resultados da Análise de Regressão

<u>Modelo</u>	2013			2014			
	Coeficientes	t	p-value	Coeficientes	t	p-value	
Constante	2,474	1,334	0,195	6,748	3,946	0,001	
DIM	0,312	4,734	0,000	0,202	2,553	0,017	
SUBS	0,010	2,250	0,034	0,011	2,168	0,040	
B4	1,303	4,766	0,000	0,876	2,533	0,018	
RD	-1,085	-1,124	0,272	-0,420	-0,469	0,643	
RI	0,721	2,007	0,056	-0,043	-0,247	0,807	
CONS	219,151	0,299	0,767	959,383	0,745	0,464	
RC	0,230	0,737	0,468	0,036	0,103	0,919	
NE	0,059	0,089	0,930	1,061	1,149	0,262	
R²			0,800	R²			0,657
R² Ajustado			0,734	R² Ajustado			0,543
F			12,023	F			5,754
Sig.			0,000	Sig.			0,000
Durbin-Watson			1,916	Durbin-Watson			2,001

Análise da variância do modelo de regressão linear

Após obtidas as estimativas para os coeficientes de regressão, torna-se importante perceber qual a influência das variáveis independentes selecionadas para a variável dependente CAUD e se os modelos propostos são ou não significativos.

Segundo Marôco (2014) se a fração da variância total em CAUD explicada pelo modelo de regressão for superior à proporção da variância total não explicada pelo modelo (mas sim pelos resíduos) – **Estatística F** - então poderemos concluir que o modelo ajustado é significativo. Por outras palavras, o que se pretende é perceber se alguma das variáveis independentes escolhidas influencia ou não a variável dependente CAUD-Honorários de Auditoria. Pretendemos assim testar as seguintes hipóteses:

$$H_0: \beta_1 = \beta_2 \dots \beta_k = 0$$

$$H_1: \text{Existe pelo menos um } i \text{ em que } \beta_i \neq 0$$

Para testar estas hipóteses, recorreremos ao SPSS para obter a Estatística de teste **F** e avaliar se o modelo ajustado aos dados que propomos é ou não significativo.

Para um nível de significância de 1% (0,01), podemos concluir que pelo menos uma das variáveis independentes selecionadas (em cada um dos anos em análise) influencia os Honorários de Auditoria suportados pelas empresas que constituem o índice PSI Geral, isto é, podemos rejeitar a H_0 . Em suma, podemos concluir que os modelos como um todo são significativos.

Coeficiente de determinação (R^2)

O coeficiente de determinação, habitualmente denominado de R^2 , é uma das estatísticas da qualidade de ajustamentos (Marôco, 2014). O R^2 pode variar entre 0 e 1 e indica o quanto o modelo consegue explicar os valores observados, isto é, qual a proporção da variabilidade total da variável dependente que é atribuída às variáveis independentes propostas no modelo.

Segundo Marôco (2014), um $R^2 > 0,5$ é já considerado aceitável, ou mesmo um bom ajustamento do modelo aos dados pelo que podemos aferir pela bom ajustamento do Modelo proposto: em 2013 80% da variabilidade total dos Honorários de Auditoria é explicada pelas variáveis independentes selecionadas para o modelo de regressão (em 2014, o R^2 desce para cerca de 66%).

Multicolinearidade

A Multicolinearidade ocorre quando algumas variáveis independentes estão correlacionadas entre si. Se isso acontecer, a análise do modelo de regressão ajustado pode não ter significado e tornar-se confusa (Marôco, 2014). Ou seja, as variáveis independentes não seriam afinal independentes o que vai contra os pressupostos de uma regressão linear. Para diagnosticar a presença ou ausência de Multicolinearidade nas variáveis independentes podemos recorrer a várias formas:

- a) Ao analisar a Matriz de Correlação de Pearson, podemos concluir que não existem problemas de Multicolinearidade dado que tanto em 2013 como em 2014, o valor absoluto dos coeficientes de Pearson estão muito abaixo de 0,75 ($|R| \leq 0.75$).
- b) A ausência de Multicolinearidade pode também ser confirmada pelo **Fator de Inflação da Variância (VIF)**. Segundo Marôco (2014), se os valores de VIF forem superiores a 5 ou mesmo 10, então poderíamos ter variáveis multicolineares. Pela análise da Tabela 7 podemos verificar que na nossa

investigação, obtivemos para os dois anos em análise valores sempre abaixo de 2,5 pelo que podemos mais uma vez concluir pela ausência de multicolinearidade.

- c) Por ultimo, o SPSS utiliza também uma outra medida para verificar a presença de multicolinearidade: a **Tolerância**. Se esta apresentar valores muito próximos de 1, podemos concluir que existe baixa multicolinearidade entre as variáveis independentes.

Tabela 7: Estatísticas de Colinearidade

Modelo	2013		2014	
	Tolerância	VIF	Tolerância	VIF
Constante				
DIM	0,626	1,596	0,633	1,580
SUBS	0,559	1,790	0,566	1,768
B4	0,915	1,093	0,789	1,267
RD	0,849	1,178	0,758	1,320
RI	0,603	1,658	0,591	1,692
CONS	0,795	1,258	0,746	1,341
RC	0,494	2,023	0,543	1,842
NE	0,576	1,736	0,516	1,938

Análise de Resíduos

O valor obtido para a Estatística de *Durbin-Watson* para o Modelo e anos em análise permite-nos concluir pela validade do modelo proposto no que toca à independência dos resíduos (erros) dado que os valores obtidos estão muito próximos de 2, valor que indica a que não existe evidência de autocorrelação entre os resíduos (Marôco, 2014).

5.2 Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla

Analizado o Modelo proposto como um todo, iremos agora validar se todas as variáveis independentes contribuem de igual forma para o modelo, isto é, se todas terão uma relação significativa com a variável dependente CAUD. A Tabela 8 apresenta as Relações Observadas entre as Variáveis Independentes e a Variável Dependente CAUD para cada um dos anos em análise.

Tabela 8: Relações Esperadas vs Relações Observadas entre as Variáveis

Variáveis Independentes	Hipótese	Relação Esperada	Relação Observada	
			2013	2014
DIM	H ₁	??	(+)**	(+)*
SUBS	H ₂	??	(+)*	(+)*
B4	H ₃	??	(+)**	(+)*
RD	H ₄	??	NS	NS
RI	H ₅	??	NS	NS
CONS	H ₆	??	NS	NS
RC	H ₇	??	NS	NS
NE	H ₈	??	NS	NS

(+)* Relação positiva para um Nível Significância de 5%
 (+)** Relação positiva para um Nível Significância de 1%
 (NS) Relação não significativa

Analisando os resultados obtidos para os anos de 2013 e de 2014 através da Tabelas 6 e 7 verificamos que apenas as variáveis independentes DIM, SUBS e B4 possuem uma relação significativa e positiva com a variável dependente CAUD. Estes resultados permitem-nos aceitar a **Hipótese 1₁**, a **Hipótese 2₁** e a **Hipótese 3₁**:

- Podemos aceitar a **Hipótese 1₁** porque os resultados obtidos evidenciaram uma relação positiva e significativa (ao nível de 1% em 2013 e ao nível de 5% em 2014) entre a Dimensão da Empresa Auditada e os Honorários de Auditoria suportados pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa. Estes resultados estão em conformidade com os estudos levados a cabo por Simunic (1980), Palmrose (1986a), Chan *et al* (1993), Simon *et al* (2002), Schatt (2007), Nuseibeh (2008) e Camargo *et al* (2011) pelo que podemos concluir que a dimensão da empresa auditada é um fator relevante na definição dos Honorários de Auditoria.
- Podemos aceitar a **Hipótese 2₁** dado que os resultados obtidos evidenciaram uma relação positiva e significativa ao nível de 5% entre a Complexidade de uma empresa, medida pelo nº de subsidiárias, e os Honorários de Auditoria suportados pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa. Podemos assim aferir que quanto maior o número de subsidiárias detidas por uma empresa maior será o valor

cobrado pelas empresas auditoras para a prestação de serviços de revisão e auditoria. Estes resultados são semelhantes aqueles que foram obtidos por Simunic (1980), Chan *et al* (1993), Simon *et al* (2002) e Camargo *et al* (2011).

- Podemos aceitar a **Hipótese 3₁** porque os resultados obtidos evidenciaram uma relação positiva e significativa (ao nível de 1% em 2013 e ao nível de 5% em 2014) entre a Dimensão da Empresa Auditora e os Honorários de Auditoria suportados pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa. Concluimos assim que as chamadas *Big 4* tendem a cobrar mais pela prestação dos seus serviços de auditoria quando comparativamente com as restantes empresas auditoras. Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos por Simunic (1980), Francis (1984), Palmrose (1986a), Chan *et al* (1993), Simon *et al* (2002), Schatt (2007), Nuseibeh (2008) e Camargo *et al* (2011). Por outro, podemos aferir que as economias de escala que as empresas *Big 4* tendem a apresentar não estão a ser refletidas no preço que cobram aos seus clientes contrariando assim os resultados obtidos por Choi *et al*, (2010).

As restantes variáveis independentes não possuem uma relação estatisticamente significativa com os Honorários de Auditoria pelo que não se podem validar as hipóteses 4 a 8 apresentadas no capítulo 3.1.

5.3 Testes de Robustez

Tendo por base o modelo proposto e conforme fomos constatando nos pontos anteriores, os resultados empíricos que obtivemos para o ano de 2014 são consistentes com os resultados empíricos obtidos para o ano de 2013.

O modelos que procuram determinar quais os fatores que influenciam os Honorários de Auditoria utilizam normalmente uma de duas formas para a variável dependente:

- $\frac{\text{Honorarios de Auditoria}}{\text{Ativo Total}}$ (por exemplo: Simunic, 1980);

- Logaritmo Natural dos Gastos com Auditoria (por exemplo: Francis, 1984; Chan *et al*, 1993; Behn *et al*, 1999; Carcello *et al*, 2002).

Para testar a robustez do modelo, utilizamos dois modelos alternativos:

a) Alteração da variável dependente para: $CAUD = \frac{\text{Honorarios de Auditoria}}{\text{Ativo Total}}$;

b) Alteração dos deflatores das variáveis independentes RD e CONS para: **Vendas + Prestação de Serviços**;

A Tabela 9 apresenta uma síntese dos resultados obtidos para as duas alternativas acima propostas assim como a comparação com os valores obtidos para o Modelo Proposto:

Tabela 9: Resultados dos Testes de Robustez

	2013					2014				
	R2	R2 Ajustado	F	Sig.	Durbin-Watson	R2	R2 Ajustado	F	Sig.	Durbin-Watson
Modelo Proposto	0,800	0,734	12,023	0,000	1,916	0,657	0,543	5,754	0,000	2,001
Alternativa a)	0,407	0,209	2,055	0,083	1,385	0,427	0,236	2,238	0,061	1,309
Alternativa b)	0,818	0,758	13,522	0,000	2,050	0,720	0,626	7,697	0,000	1,444

Pela análise da Tabela 9 podemos concluir que na **Alternativa a)** o modelo não é globalmente significativo (Nível de Significância acima dos 5%) tanto nem 2013 como em 2014. Já a Alternativa b) reforça a consistência do modelo proposto dado que os resultados obtidos são coincidentes e o modelo é globalmente significativo para os dois anos em análise.

Em suma, quando utilizamos como variável dependente o Logaritmo Natural dos Gastos com Auditoria, os resultados do Modelo são globalmente significativos e não se alteram quando trocamos o deflator das variáveis independentes RD e CONS.

Poderiam ter sido realizados outros testes de robustez tais como:

- Reestimação do modelo recorrendo a amostras de outro período temporal;
- Alargamento das Amostras a mais empresas;

6. Conclusões, Limitações e Investigação Futura

6.1 Conclusão

A literatura existente até à data conta com vários estudos sobre a temática dos determinantes dos Honorários de Auditoria, isto é, que fatores influenciam a determinação do preço a cobrar/pagar pela prestação de um serviço de revisão/auditoria às demonstrações financeiras. Apesar de amplamente desenvolvido a nível internacional no entanto, e como já referido anteriormente, não encontramos na literatura evidência empírica sobre este tema para a realidade portuguesa.

A presente investigação teve como objetivo identificar os determinantes dos honorários de auditoria para as empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa.

Os resultados obtidos permitiram concluir que os principais determinantes dos Honorários de Auditoria em Portugal são a dimensão da empresa a auditar, a sua complexidade e a dimensão da empresa auditora dado que apenas estas três variáveis se revelaram estatisticamente significativas. Assim, podemos concluir quanto maior o *Enterprise Value* da empresa a auditar, maior será o valor suportado pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa em Gastos com Auditoria. A mesma relação positiva foi comprovada no que toca à complexidade da empresa a auditar dado que se conclui quanto maior o número de subsidiárias de empresa, maiores serão os honorários de auditoria suportados pela mesma. Por último e consistente com as evidências encontradas na literatura previamente analisada, constatamos que se empresa for auditada por uma auditora pertencente ao grupo das chamadas *Big 4*, então essa empresa tenderá a suportar Honorários de Auditoria superiores.

No entanto, verificamos também que o Risco de Auditoria, analisado nas suas três componentes - risco inerente, risco de controlo e risco de deteção - não se mostrou estatisticamente significativo na determinação dos honorários de auditoria das empresas cotadas na Euronext Lisboa. A mesma conclusão foi retirada no que respeita aos gastos em consultoria externa e à percentagem de membros não executivos do CA. As duas variáveis não se mostram como determinantes na formulação dos Honorários de auditoria suportados pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa.

6.2 Limitações

À presente investigação poderão ser apontadas algumas limitações. Serão de evidenciar a reduzida dimensão da amostra, o reduzido período em análise (apenas dois anos) e o facto das observações em estudo serem exclusivamente de empresas cotadas em bolsa.

A reduzida dimensão da amostra resulta naturalmente do reduzido número de empresas cotadas em bolsa em Portugal. Por outro lado, a análise baseou-se em resultados contabilísticos de apenas 2 anos (2013 e 2014) o que, para além de resultar num reduzido número de observações, foram períodos de recessão económica em Portugal.

Por ultimo, não podemos aferir com certeza se o fato da amostra ser composta exclusivamente por empresas cotadas em bolsa influencia ou não os resultados do modelo proposto.

O *proxy* selecionado para avaliar a Complexidade poderá ser visto como uma medida tendenciosa. Naturalmente poderemos aferir que quanto mais subsidiárias uma empresa tiver maior será o trabalho do auditor mas, por outro lado, a empresa pode ter muitas subsidiárias mas sua atividade/negócio não ter nada de complexo. O setor de atividade pode assim ser determinante para os honorários de auditoria. Simunic (1980) concluiu que os setores de serviços ou financeiros são menos complexos para o processo de auditoria do que o setor da indústria transformadora. Camargo *et al* (2011) optaram por utilizar três variáveis para testar a complexidade: o número de subsidiárias, o número de subsidiárias fora do país e uma variável *dummy* que verificava se tinham ocorrido na empresa operações de reestruturação na empresa tais como aquisições, fusões ou incorporações.

Assim e pelas razões apontadas, os resultados desta investigação devem ser considerados com especial cuidado e prudência.

6.3 Investigação Futura

Como sugestão de investigação futura, seria interessante tornar esta investigação mais abrangente, alargando os testes a mais empresas, cotadas e não cotadas. Uma investigação semelhante incluindo empresas não cotadas e de menor dimensão seria mais consistente dado que no contexto nacional a grande maioria das empresas são PMEs.

Por outro lado, seria importante desenvolver o tema da Complexidade pelo que uma alternativa de investigação futura poderia passar pela seleção de outro tipo de variáveis que refletissem melhor a Complexidade de uma empresa como por exemplo o sector de atividade, a existência ou não de subsidiárias no estrangeiro ou o tipo de rubricas que constitui o balanço.

As duas alternativas de investigação acima propostas iriam contribuir para o desenvolvimento desta temática no contexto nacional e assim reduzir a escassez de investigação sobre este tema no mercado português.

7. Bibliografia

Assembleia da República, Lei n.º 103/97 – Estabelece o regime fiscal específico das sociedades desportivas (Lei n.º 1/90 de 13 de Janeiro, na redação dada pela Lei n.º 19/96 de 25 de Junho), previsto no Decreto-Lei n.º 67/97 de 3 de Abril. Diário da República nº 212, Serie I-A, de 1997-09-13

Behn, B. K., Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Hermanson, R. H. (1999), “Client satisfaction and Big 6 audit fees”, *Contemporary Accounting Research*, 16(4), 587-608.

Cadbury, A. (1992). Report of the committee on the financial aspects of corporate governance (Vol. 1). Gee.

Camargo, R. V. W., Rita de Cássia, C. P., Dutra, M. H., & Alberton, L. (2011), “Fatores determinantes do comportamento dos custos com auditoria independente nas empresas negociadas na BM&FBOVESPA”, In Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.

Carcello, J. V., Hermanson, D. R., Neal, T. L., & Riley, R. A. (2002), “Board characteristics and audit fees”, *Contemporary Accounting Research*, 19(3), 365-384.

Chan, P., M. Ezzamel, & D. Gwilliam. (1993), “Determinants of audit fees for quoted UK companies”, *Journal of Business, Finance and Accounting*, November, pp. 765-786

Choi, J. H., Kim, C., Kim, J. B., & Zang, Y. (2010), “Audit office size, audit quality, and audit pricing”, *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 29(1), 73-97.

Chow, C. W. (1982), “The demand for external auditing: Size, debt and ownership influences”, *Accounting Review*, 272-291

Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

Código das Sociedades Comerciais

Cohen, J. R., & Hanno, D. M. (2000), “Auditors' consideration of corporate governance and management control philosophy in preplanning and planning judgments”, *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 19(2), 133-146.

Davis, J. H., Schoorman, F. D., & Donaldson, L. (1997a), “Toward a stewardship theory of management”, *Academy of Management Review*, 22(1), 20-47.

Davis, J. H., Schoorman, F. D., & Donaldson, L. (1997b), “Davis, Schoorman, and Donaldson reply: The distinctiveness of agency theory and stewardship theory”, *The Academy of Management Review*, Vol. 22, No. 3, pp. 611-613

DeAngelo, L. E. (1981), “Auditor size and audit quality”, *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.

Euronext - <http://www.bolsadelisboa.com.pt/> (consultado ao longo da elaboração da Dissertação)

Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983), “Separation of ownership and control”, *The Journal of Law & Economics*, 26(2), 301-325.

Felix Jr, W. L., & Gramling, A. A. (2001), “The contribution of internal audit as a determinant of external audit fees and factors influencing this contribution”, *Journal of Accounting Research*, 39(3), 513-534.

Firth, M. (2002), “Auditor–provided consultancy services and their associations with audit fees and audit opinions”, *Journal of Business Finance & Accounting*, 29(5-6), 661-693.

Francis, J. R. (1984), “The effect of audit firm size on audit prices: A study of the Australian market”, *Journal of Accounting and Economics*, 6 (2), 133-151.

Goodwin-Stewart, J., & Kent, P. (2006), “Relation between external audit fees, audit committee characteristics and internal audit”, *Accounting & Finance*, 46 (3), 387-404.

Gujarati, D. N. (2006). *Econometria Básica*.

Hogan, C. E., & Wilkins, M. S. (2008), “Evidence on the audit risk model: Do auditors increase audit fees in the presence of internal control deficiencies?”, *Contemporary Accounting Research*, 25(1), 219-242.

Houston, R. W., Peters, M. F., & Pratt, J. H. (1999), “The audit risk model, business risk and audit-planning decisions”, *The Accounting Review*, 74(3), 281-298.

International Standard on Auditing (ISA) 400 - *Risk Assessment and Internal Control*

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976), “Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure”, *Journal of Financial Economics*, 3 (4), 305-360.

Jensen, M. C. (2001), “Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function”, *Journal of Applied Corporate Finance*, 14(3), 8-21.

Naser, K., & Nuseibeh, R. (2008). Determinants of audit fees: empirical evidence from an emerging economy. *International Journal of Commerce and Management*, 17(3), 239-254.

Marôco, J. (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. 6.^a edição, Pero Pinheiro.

Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2007). Determinants of audit fees for French quoted firms. *Managerial Auditing Journal*, 22(2), 139-160.

O’sullivan, N. (2000), “The impact of board composition and ownership on audit quality: Evidence from large UK companies”, *The British Accounting Review*, 32(4), 397-414.

Palmrose, Z. V. (1986a), "Audit fees and auditor size: Further evidence", *Journal of Accounting Research*, 97-110.

Palmrose, Z. V. (1986b), "The effect of nonaudit services on the pricing of audit services: Further evidence", *Journal of Accounting Research*, 405-411.

Simon, D. T., & Taylor, M. H. (2002), "A survey of audit pricing in Ireland", *International Journal of Auditing*, 6 (1), 3-12.

Simunic, D. A. (1980), "The pricing of audit services: Theory and evidence", *Journal of accounting research*, 161-190.

Simunic, D. A. (1984), "Auditing, consulting, and auditor independence", *Journal of Accounting Research*, 679-702.

Tosi, H. L., Brownlee, A. L., Silva, P., & Katz, J. P. (2003), "An Empirical Exploration of Decision-making Under Agency Controls and Stewardship Structure", *Journal of Management Studies*, 40(8), 2053-2071.

Total Beta by Industry Sector - <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/> (consultado em 13 de Agosto de 2016)

Wallace, W. A. (1984), "Internal auditors can cut outside CPA costs", *Harvard Business Review*, 62 (2), 16.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1983), "Agency problems, auditing, and the theory of the firm: Some evidence", *The Journal of Law & Economics*, 26 (3), 613-633.